

Carta do Gestor / maio 2024

Internacional

Novamente em maio, os ativos de risco ganharam força nas economias mais avançadas, refletindo uma menor preocupação de que a economia americana se aqueça demais e de que a inflação volte a subir, embora o banco central americano, o FED, permaneça cauteloso. Assim as bolsas subiram, os juros futuros caíram e o dólar perdeu força em relação às outras moedas. Infelizmente no Brasil foi o oposto.

Em relação à zona do Euro, a agência Eurostat divulgou que a inflação do consumidor aumentou de 2,40% anualizada em abril, para 2,60% em maio. O que não impediu que o Banco Central Europeu – BCE baixasse, logo no início de junho, as taxas de juros de refinanciamento (a mais importante) de 4,50% para 4,25%, a taxa sobre depósitos de 4,00% para 3,75% e a taxa de empréstimo de 4,75% para 4,50% a.a.

Nos EUA, foram criadas 272 mil novas vagas de trabalho não rural, bem acima das expectativas, enquanto a taxa de desemprego subiu de 3,90% em abril, para 4,00%. Já a taxa de inflação do consumidor desacelerou de 3,40% anualizada em abril para 3,30% no último mês.

Na China, as exportações tiveram alta de 7,60% em maio, maior que os 1,50% registrados em abril. O resultado superou as expectativas, sendo que o superávit de maio foi de US\$ 82,62 bilhões.

No mercado de renda fixa, as taxas de juros dos títulos de dez anos do governo alemão, que iniciaram maio em 2,58% a.a., encerraram o mês em 2,65% a.a., já os títulos de 10 anos do tesouro norte-americano, que no início do mês rendiam 4,69% a.a., atingiram 4,51% a.a. no final. Quanto a bolsa norte-americana, medida através do índice S&P 500, a valorização em maio foi de 4,89%, acumulando alta de 10,64% no ano.

Brasil

Conforme o IBGE, a inflação do consumidor em maio, medida através do IPCA, subiu 0,46% ficando novamente acima do esperado, desta feita por conta das fortes altas dos preços dos alimentos, já refletindo as enchentes no Rio Grande do Sul. No ano a inflação acumulada é de 2,27% e de 3,93% em doze meses. O IBGE também informou, logo no início de junho, que o PIB do país subiu 0,80% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao trimestre anterior, ligeiramente acima das expectativas. Pela ótica da oferta, o setor agropecuário cresceu 11,30% no período, o de serviços 1,40% e a indústria recuou 0,10%.

No setor externo, a balança comercial do país teve em maio superávit de US\$ 8,50 bilhões, acumulando em 2024 um resultado positivo de US\$ 35,80 bilhões. O dólar, por sua vez, apresentou valorização de 1,35% perante o real no mês, acumulando uma valorização de 8,27% em doze meses.

Quanto ao mercado de ações, o índice Ibovespa recuou 3,04% em maio, passando a acumular queda 9,00% no ano. O fluxo de capital estrangeiro para a B3 foi novamente negativo elevando o saldo acumulado no ano para menos R\$ 34,60 bilhões.

Em relação ao mercado de crédito, de acordo com informação divulgada pela Serasa Experian, em abril a demanda do consumidor por crédito caiu 0,90%, embora no ano acumule alta de 13,60%. Já a demanda das empresas por crédito também recuou 0,90% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 15,10% no ano.

Perspectivas Cenário Macro

Em reunião realizada em 12 de junho, o FED manteve inalterada a taxa básica de juros no intervalo entre 5,25% e 5,50% a.a., pela sétima vez consecutiva e passou a projetar apenas um corte de 0,25 p.p. em 2024. Em março a previsão era de três cortes durante este ano. No comunicado pós reunião, afirmou que “a atividade econômica continuou a se expandir num ritmo sólido, os ganhos de empregos permaneceram fortes e a taxa de desemprego se manteve baixa. Mas a inflação embora tenha diminuído ao longo do ano passado, continua elevada”. Também não devemos esquecer que os principais conflitos geopolíticos que vieram para criar temores adicionais logo após a pandemia, continuam sem solução aparente. Ainda assim, a redução prudente e continuada das taxas de juros parece ser o caminho a ser perseguido pelos principais bancos centrais.

No Brasil, o Banco Central recentemente divulgou que o déficit nominal acumulado de 12 meses chegou em março a R\$ 998,60 bilhões, bem perto do maior valor atingido que foi de R\$ 1,01 trilhão, ou o equivalente a 81,50% do PIB, em janeiro de 2021, por conta da pandemia. Em dezembro desse ano a dívida pública brasileira chegou a 87,50% do PIB, depois caiu para cerca de 70% e em março deste ano alcançou a cifra de R\$ 8,34 trilhões ou 75,7% do PIB. Para o ano de 2024, recentemente o governo passou a estimar um déficit primário de R\$ 14,50 bilhões ou o equivalente a 0,10% do PIB, sendo que projeção feita em março apontava para um déficit da R\$ 9,30 bilhões. É importante lembrar que a meta para 2024 é de déficit primário igual a zero, mas com uma margem de tolerância de 0,25% do PIB ou cerca de R\$ 29 bilhões. Não há razão para duvidar de que o déficit possa chegar lá.

A recente desvalorização mais acentuada do real perante o dólar refletiu não só os temores do mercado em relação a condução da política fiscal do país, como também a instabilidade política fruto do desentendimento de membros do governo, além da inquietude com os próximos passos da política monetária norte-americana. No curto prazo o ambiente deve continuar desafiador para os ativos de risco, mas no médio e

longo prazos, com as mudanças das expectativas para melhor, o real e as ações brasileiras desvalorizadas podem voltar a atrair as melhores e maiores atenções.

